26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 8 – Dados, Informação e Tecnologia

POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO E META 16.10 DA AGENDA 2030 EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

OPEN ACCESS POLICIES AND TARGET 16.10 OF THE 2030 AGENDA IN INSTITUTIONAL REPOSITORIES

Cecília Abrahão Nascimento de Santi – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) Campus de Marília
Jessica Beatriz Tolare – Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi)
Franciele Marques Redigolo – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) Campus de Marília

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este estudo aborda políticas de acesso aberto em repositórios institucionais universitários brasileiros, considerando suas aproximações com a sustentabilidade informacional e com o acesso público à informação científica. O objetivo geral consistiu em analisar como políticas de acesso aberto de repositórios institucionais universitários brasileiros incorporam diretrizes de sustentabilidade informacional alinhadas à Meta 16.10 da Agenda 2030. Metodologicamente, realizou-se uma análise documental das políticas de acesso aberto associadas aos 42 repositórios investigados, a partir de categorias temáticas relacionados à aplicabilidade da Meta 16.10, como acesso aberto, acesso à informação, responsabilidade institucional, democratização do conhecimento científico, direito à informação e memória institucional. Os resultados indicaram a recorrência dos princípios da sustentabilidade informacional nas normativas institucionais, ainda que sem menção explícita ao termo. Categoria temáticas como "acesso aberto" e "direito à informação" apresentaram maior frequência relativa, evidenciando aproximações com transparência institucional, democratização do conhecimento científico e garantia do acesso público à informação. Além disso, os repositórios institucionais foram reconhecidos como espaços de preservação, disseminação e visibilidade da produção científica. Conclui-se que as normativas analisadas incorporam elementos compatíveis com a Meta 16.10 da Agenda 2030, no que se refere à

circulação social do conhecimento científico e à consolidação da memória produzida nas universidades.
Palavras-chave: políticas de informação; acesso à informação; repositórios institucionais.

Abstract: This study addresses open access policies in Brazilian university institutional repositories, considering their connections with informational sustainability and public access to scientific information. The general objective was to analyze how open access policies in Brazilian university institutional repositories incorporate informational sustainability guidelines aligned with Target 16.10 of the 2030 Agenda. Methodologically, a documentary analysis was conducted of the open access policies associated with the 42 repositories investigated, based on thematic categories related to the applicability of Target 16.10, such as open access, access to information, institutional responsibility, democratization of scientific knowledge, right to information, and institutional memory. The results indicated the recurrence of principles of informational sustainability in institutional regulations, although without explicit mention of the term. Thematic categories such as “open access” and “right to information” showed higher relative frequency, revealing connections with institutional transparency, democratization of scientific knowledge, and the guarantee of public access to information. In addition, institutional repositories were recognized as spaces for the preservation, dissemination, and visibility of scientific production. It is concluded that the analyzed regulations incorporate elements compatible with Target 16.10 of the 2030 Agenda, particularly regarding the social circulation of scientific knowledge and the consolidation of the memory produced within universities.
Keywords: information policies; access to information; institutional repositories.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação científica compreende o conjunto de práticas por meio das quais o conhecimento produzido é validado e incorporado ao patrimônio intelectual de uma área, sendo sua organização sustentada pelos processos interdependentes de construção, comunicação e uso da informação, aos quais universidades e sociedades científicas conferem estrutura institucional e legitimidade social (Le Coadic, 2004). As transformações nos modos de produção e de acesso ao conhecimento alteram continuamente as condições em que a informação científica circula e se torna disponível aos públicos que a demandam.

À medida que os modos de produção e acesso ao conhecimento científico se transformam, a necessidade de ampliar a circulação da informação dirige a atenção para as políticas de acesso aberto, com vistas à disponibilização irrestrita da produção científica, à redução de barreiras informacionais e à garantia do direito à informação. A produção intelectual vincula-se, assim, aos mecanismos institucionais de preservação e visibilidade científica.

Entre as estruturas que materializam essas políticas, os repositórios institucionais universitários passaram a incorporar funções relacionadas à coleta, preservação e divulgação

da produção intelectual coletiva registrada de uma instituição, ampliando possibilidades de acesso ao conhecimento produzido (Gajbhiye, 2025; Yeates, 2003).

Ao mesmo tempo, a integração de mecanismos voltados à gerenciamento e à disseminação dos resultados científicos favorece maior visibilidade das pesquisas e socialização do conhecimento em ambientes digitais, o que amplia discussões sobre informação em processos científicos mais abrangentes, participação social e requisitos informacionais associados ao desenvolvimento sustentável.

Sob essa compreensão, a materialização desses processos envolve organização, compartilhamento e uso contínuo da informação em diferentes contextos institucionais e sociais. Para esse meio, o uso das competências, tecnologias e bases de dados precisam integrar processos de monitoramento, avaliação e implementação de ações voltadas à sustentabilidade, sugerindo que as políticas direcionadas ao desenvolvimento sustentável dependem da mobilização contínua de recursos informacionais (Chowdhury; Koya, 2017).

Nesse contexto, a relação entre informação e sustentabilidade torna-se mais evidente na Agenda 2030, especialmente na Meta 16.10 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, voltada à garantia do acesso público à informação e proteção das liberdades fundamentais (ONU, 2015).

Perante o exposto, observou-se que os repositórios institucionais, ao disponibilizarem o acesso à informação, principalmente de acesso aberto, necessitam de requisitos informacionais essenciais, que, por sua vez, estão relacionados ao desenvolvimento sustentável. Desse modo, tem-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: Como as políticas de acesso aberto de repositórios institucionais universitários brasileiros refletem diretrizes relacionadas à sustentabilidade informacional em alinhamento à Meta 16.10 da Agenda 2030?

O objetivo geral consiste em analisar como políticas de acesso aberto de repositórios institucionais universitários brasileiros incorporam diretrizes de sustentabilidade informacional alinhadas à Meta 16.10 da Agenda 2030.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões sobre sustentabilidade informacional no âmbito das políticas de acesso aberto em repositórios institucionais universitários, considerando sua relação com o acesso público à informação científica e com os princípios estabelecidos pela Meta 16.10 da Agenda 2030.

2 POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS UNIVERSITÁRIOS E A SUSTENTABILIDADE INFORMACIONAL

A mercantilização do conhecimento científico restringe o acesso à informação e, com isso, limita a capacidade institucional de acompanhar a própria produção (Willinsky, 2003). O acesso aberto, por não seguir um formato único, compreende diferentes vias de circulação do conhecimento, cada qual com condições específicas de funcionamento e alcance (Alperin; Fischman; Willinsky, 2008). A coexistência dessas vias exige que as instituições desenvolvam políticas próprias de acesso, preservação e disseminação, capazes de complementar diretrizes nacionais (Pinfield; Wakeling; Bawden; Robinson, 2020).

No entanto, políticas pouco explícitas quanto a licenciamento, reutilização e níveis de acesso tendem a produzir interpretações fragmentadas entre os atores envolvidos. A dicotomia entre acesso gratuito e acesso livre à informação científica agrava essa fragmentação, na medida em que a ausência de mandatos bem definidos, mecanismos de monitoramento e infraestrutura institucional comprometem a efetividade das políticas, limitando sua adoção (Wakeling *et al*., 2022).

Os repositórios institucionais universitários reúnem e disponibilizam a produção científica em ambientes digitais de acesso aberto, o que amplia possibilidades de obtenção do conhecimento produzido pelas universidades (Costa; Leite, 2010). Ainda assim, barreiras de conectividade, idioma, acessibilidade e censura restringem a informação científica, indicando que acesso aberto não corresponde, necessariamente, ao acesso universal (Suber, 2004). Nessa perspectiva, restrições ao acesso à informação científica reduzem também o impacto científico, uma vez que limitam seu uso e reconhecimento (Harnad, 2003).

Considerando desafios relacionados à efetividade das políticas de acesso aberto, a aproximação entre as proposições de Tomaél e Silva (2007) e Leite (2009) possibilita identificar elementos recorrentes associados à constituição dessas políticas, abrangendo objetivos institucionais, responsabilidades dos atores envolvidos e diretrizes voltadas ao autoarquivamento, preservação e acesso à produção científica. Somam-se ainda aspectos relacionados à sustentabilidade, monitoramento, interoperabilidade, capacitação, direitos autorais e níveis de acesso.

Nesse contexto, a incorporação desses elementos nas políticas de acesso aberto evidencia atenção a aspectos institucionais vinculados à preservação da produção científica, monitoramento contínuo e definição de responsabilidades voltadas à manutenção dos

repositórios. Consequentemente, favorecem-se circulação, continuidade do acesso e visibilidade do conhecimento científico ao longo do tempo.

Nolin (2010) propõe que a informação sustentável compreende duas dimensões, uma relacionada ao suporte comunicativo do desenvolvimento sustentável e outra associada à incorporação da sustentabilidade nos próprios processos tecnológicos. A distinção aproxima a sustentabilidade informacional de processos de circulação do conhecimento e a durabilidade das tecnologias informacionais. Sob essa perspectiva, Geraldo, Pinto e Duarte (2023) ampliam a discussão ao relacionarem recursos informacionais à sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Ademais, a relação entre informação e sustentabilidade torna-se mais evidente na Agenda 2030, por meio da Meta 16.10 do ODS 16, voltada à garantia do acesso público à informação e à proteção das liberdades fundamentais (ONU, 2015). O acesso à informação relaciona-se à participação cidadã e à transparência institucional, enquanto apropriação da informação e conhecimento compartilhado vinculam-se ao desenvolvimento sustentável.

A inserção do acesso público à informação em agendas globais de desenvolvimento, associada a dispositivos normativos nacionais e mecanismos institucionais de disseminação científica, amplia debates relacionados à preservação, compartilhamento e continuidade do conhecimento científico.

Deste modo, a sustentabilidade informacional aproxima acesso contínuo à informação, compartilhamento do conhecimento e participação social de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável. Assim, continuidade da informação científica, redução de barreiras informacionais e democratização do conhecimento passam a constituir dimensões relacionadas ao acesso público à informação e à participação social em ambientes universitários.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico deste estudo caracteriza-se como de natureza básica, do tipo descritiva, com abordagem quali-quantitativa e método de pesquisa bibliográfica e documental. Inicialmente, a primeira etapa correspondeu à realização de uma pesquisa bibliográfica sistematizada, visando à construção do referencial teórico da investigação e ao subsídio da análise dos resultados. Em seguida, a segunda etapa consistiu na realização de

uma pesquisa de levantamento voltada à identificação e ao mapeamento dos repositórios institucionais universitários brasileiros.

Para a coleta de dados, utilizou-se a lista de repositórios institucionais brasileiros disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A utilização dessa fonte justificou-se pela abrangência nacional dos registros e pela atualização contínua das informações disponibilizadas.

A partir do levantamento inicial, foram identificados 110 repositórios institucionais brasileiros, que compuseram o universo da pesquisa. Para a delimitação da amostra, foram estabelecidos os seguintes critérios de exclusão: i) ausência de vinculação institucional com universidades brasileiras; ii) inoperabilidade do endereço eletrônico; e iii) ausência de política de acesso aberto formalmente disponível e com conteúdo passível de análise documental.

A aplicação do primeiro critério excluiu 61 repositórios que não apresentavam vinculação institucional com universidades brasileiras, resultando em 49 repositórios institucionais universitários. Em seguida, foram excluídos dois repositórios cujos endereços eletrônicos estavam inoperantes, permanecendo 47. Por fim, a aplicação do terceiro critério excluiu cinco repositórios que não disponibilizavam política de acesso aberto acessível e com conteúdo passível de análise documental, resultando na amostra final de 42 repositórios institucionais universitários brasileiros.

A terceira etapa correspondeu à realização da pesquisa documental, direcionada à análise das políticas de acesso aberto associadas aos repositórios institucionais investigados. Para isso, realizou-se a leitura e caracterização das políticas de acesso aberto, etapa que possibilitou o mapeamento dos repositórios por região do Brasil e orientou a forma de análise desenvolvida na pesquisa.

A quarta etapa consistiu na operacionalização da sustentabilidade informacional como eixo de análise das políticas institucionais de acesso aberto em relação à Meta 16.10 da Agenda 2030. A partir dos referenciais de Geraldo, Pinto e Duarte (2023), Leite (2009), Nolin (2010), ONU (2015), Pinfield, Wakeling, Bawden e Robinson (2020), Suber (2004), Tomaél e Silva (2007). foram delimitadas seis categorias temáticas, sistematizadas no Quadro 1 com os respectivos aspectos considerados para análise e os termos e expressões associados. A análise temática, orientada por essas categorias, considerou a identificação e a recorrência dos elementos associados para examinar sua formalização normativa nas políticas analisadas.

Quadro 1 - Categorias temáticas aplicadas nas políticas de acesso aberto

Categoria temática	Aspectos considerados para análise	Termos/expressões associadas identificadas
Acesso Aberto	Condições e modalidades de acesso à produção científica, licenciamento e participação social na ciência.	“acesso aberto”; “acesso aberto ao conhecimento’ “open access”; “acesso equitativo”;“ciência aberta”; “ciência cidadã”; “acesso livre”; “licenças abertas”; “dados abertos”, “acessibilidade”; “visibilidade”; “*software* livre”.
Acesso à informação	Previsões institucionais para garantia do acesso público à informação e ao conhecimento.	“acesso público à informação”; “acesso público”; “acesso à informação” “acesso ao conhecimento”; “abertura do conhecimento”.
Responsabilidade Institucional	Definição de instâncias responsáveis, atribuições, mecanismos de gestão e compromissos institucionais assumidos.	"comitê gestor”; “política institucional”; “governança”; “adesão à ciência aberta”; “normativas institucionais”.
Democratização do conhecimento científico	Previsão de ações de inclusão, acessibilidade, divulgação e popularização da produção científica para diferentes públicos.	“democratização do conhecimento”; "intercâmbio científico”; “acessibilidade”; “inclusão informacional"; "divulgação científica"; "produção do conhecimento"; "popularização da ciência".
Direito à Informação	Reconhecimento e garantia do direito à informação e ao conhecimento em dispositivos legais e normativos.	“direito à informação”; "direito à informação científica"; “governança da informação”;"direito ao conhecimento".
Memória Institucional	Previsões de preservação, registro permanente e continuidade da produção científica como memória da instituição.	“memória institucional”; “memória científica”;“preservar”; “registro permanente da produção”; “legado institucional"; “sustentabilidade”.

Fonte: elaboração própria (2026).

As seis categorias foram compreendidas como dimensões analíticas da sustentabilidade informacional no âmbito das políticas institucionais de acesso aberto. Nessa perspectiva, i) Acesso Aberto: reúne elementos relacionados à abertura e às condições de disponibilização da produção científica; ii) Acesso à informação: abrange elementos referentes à garantia institucional de acesso público à informação e ao conhecimento; e iii)

Responsabilidade Institucional: compreende elementos relacionados às responsabilidades, atribuições e compromissos institucionais previstos nas políticas.

Por sua vez, iv) Democratização do conhecimento científico: abrange elementos relacionados à ampliação do alcance da produção científica entre diferentes públicos; v) Direito à Informação: reúne elementos vinculados às garantias legais e normativas de acesso à informação e ao conhecimento; e vi) Memória Institucional: compreende elementos referentes à preservação, ao registro e à continuidade da produção científica como memória da instituição.

A partir dos aspectos definidos para cada categoria, foram estabelecidos os termos e expressões associados utilizados na identificação das ocorrências nas políticas. Dessa maneira, a seleção dos termos decorreu dos elementos analíticos previamente delimitados, e não de sua frequência isolada no corpus. A quantificação das ocorrências permitiu verificar a recorrência desses indicadores no conjunto documental, enquanto sua interpretação considerou a correspondência com os aspectos estabelecidos para cada categoria. Assim, a presença de determinado termo foi tomada como evidência de recorrência temática, enquanto sua relação com a sustentabilidade informacional foi considerada a partir do conteúdo normativo em que se encontrava inserido.

Como etapa complementar do tratamento dos dados, os termos e expressões identificados nas categorias temáticas foram sistematizados em planilha do *Microsoft Excel*, estruturada nas colunas “Termo”, “Ocorrências” e “Percentual”. A organização permitiu registrar as frequências absolutas e os percentuais de ocorrência dos termos e expressões no corpus, subsidiando a análise de sua recorrência nas políticas examinadas.

Por fim, utilizou-se o *software Infogram* para elaboração de uma nuvem de palavras, cuja escolha justificou-se pela possibilidade de leitura automatizada dos dados sistematizados em planilha eletrônica e sua conversão em representação visual. A representação gráfica foi empregada como recurso complementar de análise, permitindo evidenciar padrões de recorrência dos termos e expressões associados às categorias temáticas e favorecer a visualização de sua presença no conjunto das políticas de acesso aberto examinadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento resultou na identificação de 42 repositórios institucionais universitários brasileiros com políticas de acesso aberto que atenderam aos critérios

estabelecidos para a pesquisa. Quanto à distribuição regional, cinco (11,90%) estão localizados na região Norte, sete (16,67%) na região Nordeste, quatro (9,52%) na região Centro-Oeste, 15 (35,71%) na região Sudeste e 11 (26,19%) na região Sul. Observa-se, portanto, maior concentração de repositórios nas regiões Sudeste e Sul, que, conjuntamente, correspondem a 61,90% do conjunto analisado.

Entre as 42 políticas institucionais de acesso aberto analisadas, 20 (47,62%) encontram-se registradas no *Registry of Open Access Repository Mandates and Policies (ROARMAP)*, diretório internacional que reúne políticas e mandatos de acesso aberto de instituições acadêmicas. Integram esse grupo UFRA, UFPA, UFRB, UFBA, UFC, UFPE, UFS, UFRN, UnB, UFG, UFLA, UFOP, FIOCRUZ, USP, UNIFESP, UNILA, UEM, UTFPR, UNIPAMPA e FURG. A ausência das demais 22 (52,38%) reduz a representação das iniciativas brasileiras no diretório, indicando a necessidade de ampliar o registro dessas políticas em mecanismos internacionais e, consequentemente, sua visibilidade.

Após a caracterização do conjunto analisado, a discussão volta-se à sustentabilidade informacional, eixo central da análise das políticas institucionais de acesso aberto. Considerando que essas políticas formalizam orientações relacionadas à organização, disseminação e disponibilização da produção científica, sua análise permite examinar como aspectos associados à sustentabilidade informacional são contemplados no plano normativo. A análise considera as categorias temáticas sistematizadas no Quadro 1, definidas a partir dos referenciais de Costa e Leite (2010), Geraldo, Pinto e Duarte (2023), Leite (2009), Nolin (2010), ONU (2015), Pinfield, Wakeling, Bawden e Robinson (2020), Suber (2004), Tomaél e Silva (2007), seguindo a ordem em que são apresentadas no quadro 1.

Destaca-se que os resultados devem ser compreendidos a partir das limitações deste estudo, decorrentes de seu recorte documental, que restringe a análise ao conteúdo das políticas institucionais de acesso aberto, buscando a existência das diretrizes de sustentabilidade informacional com base na Meta 16.10, que garante o acesso público à informação. Deste modo, a análise dos dados permite identificar a recorrência das categorias temáticas e examinar sua formalização normativa. No entanto, a pesquisa não analisa a efetiva aplicação prática das normativas pelas instituições, constituindo uma possibilidade para estudos futuros.

Como dimensão complementar da análise, a distribuição regional permite observar como a presença das categorias temáticas se apresenta entre as políticas das diferentes

regiões brasileiras. Comparativamente, Acesso Aberto e Direito à Informação apresentaram maior uniformidade, sendo identificadas em todas as políticas analisadas nas cinco regiões. Entre as demais categorias, a Acesso à informação foi identificada em todas as políticas do Norte, seis (85,71%) do Nordeste, três (75%) do Centro-Oeste, 12 (80%) do Sudeste e oito (72,73%) do Sul. Por sua vez, a Responsabilidade Institucional apresentou presença ainda mais homogênea, abrangendo todas as políticas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de 13 (86,67%) no Sudeste e nove (81,82%) no Sul.

As diferenças regionais foram mais acentuadas em Democratização do conhecimento científico, identificada em quatro (80%) políticas do Norte, cinco (71,43%) do Nordeste, duas (50%) do Centro-Oeste, oito (53,33%) do Sudeste e seis (54,55%) do Sul. Por sua vez, Memória Institucional apresentou menor variação, ocorrendo em quatro (80%) políticas do Norte, cinco (71,43%) do Nordeste, três (75%) do Centro-Oeste, 11 (73,33%) do Sudeste e nove (81,82%) do Sul.

De modo geral, a comparação regional demonstra maior regularidade das categorias relacionadas ao acesso, ao direito à informação e à responsabilidade institucional. Em contrapartida, as menores proporções relacionadas à inclusão, à divulgação e à aproximação da produção científica com diferentes públicos evidenciam maior heterogeneidade entre as políticas das diferentes regiões, indicando que as dimensões associadas à sustentabilidade informacional apresentam distintos níveis de presença normativa. As particularidades observadas tornam-se mais evidentes, a seguir, no exame dos aspectos contemplados em cada categoria temática.

Na categoria Acesso Aberto, a análise temática indica uma formalização normativa desigual entre os aspectos relacionados à abertura da produção científica. A presença de “acesso aberto” em todas as políticas analisadas, acompanhada da elevada recorrência de “acesso aberto ao conhecimento” e “ciência aberta” (95,24%), demonstra maior ênfase em aspectos relacionados à disponibilização e à circulação da produção científica.

Em contrapartida, elementos relacionados às condições de abertura e à participação social apresentam menor recorrência, como ocorre com “ciência cidadã”, identificada em 52,38% das políticas. A diferença sugere que a abertura é formalizada predominantemente pela perspectiva da disponibilização e do acesso, enquanto aspectos relacionados à reutilização e à participação social recebem menor expressão no conteúdo normativo.

Na categoria Acesso Aberto, observa-se maior ênfase normativa na abertura da produção científica, enquanto licenciamento e participação social apresentam menor presença documental. O termo “acesso aberto” foi identificado em todas as políticas, seguido de “acesso aberto ao conhecimento” e “ciência aberta”, presentes em 40 (95,24%); “licenças abertas” ocorreu em 33 (78,57%) e “ciência cidadã” em 22 (52,38%).

A diferença aponta para uma incorporação parcial dos princípios de sustentabilidade informacional, mais desenvolvida quanto à difusão dos conteúdos científicos e menos expressiva nas condições de uso e na participação social. Para a gestão dos repositórios, essa assimetria pode limitar a definição normativa das possibilidades de reutilização e o alcance participativo da comunicação científica.

A categoria Acesso à informação apresenta correspondência expressiva com a dimensão da sustentabilidade informacional relacionada à garantia pública da informação e do conhecimento. Nessa direção, “acesso público à informação”, expressão diretamente relacionada à Meta 16.10 da Agenda 2030, foi identificada em 34 políticas (80,95%), seguida de “acesso à informação”, em 32 (76,19%), e “acesso ao conhecimento”, em 31 (73,81%). Em menor proporção, “abertura do conhecimento” ocorreu em 26 (61,90%).

Os resultados indicaram, contudo, uma incorporação desigual dessa dimensão da sustentabilidade informacional, cuja ausência em parte das políticas reduz a explicitação de diretrizes para a gestão dos repositórios voltadas à disponibilização pública da informação científica.

Quanto à categoria Responsabilidade Institucional, observa-se elevada presença documental de elementos relacionados à formalização institucional e à definição de instâncias responsáveis pela gestão dos repositórios. “Política institucional” foi identificada em 38 políticas (90,48%), “normativas institucionais” em 36 (85,71%) e “comitê gestor” em 35 (83,33%), enquanto “governança” ocorreu em 32 (76,19%) e “adesão à ciência aberta” em 28 (66,67%).

A distribuição indicou que a responsabilidade institucional encontra maior expressão normativa na existência de políticas e instâncias de gestão, enquanto sua vinculação à governança e à ciência aberta apresenta menor formalização. Por conseguinte, a incorporação da sustentabilidade informacional concentra-se na definição de estruturas e responsabilidades institucionais, com menor expressão dos compromissos relacionados à governança e à ciência aberta.

Entre os aspectos examinados na categoria Democratização do conhecimento científico, a acessibilidade apresentou maior expressão normativa, identificada em 30 políticas (71,43%), seguida de “democratização do conhecimento”, em 25 (59,52%), e “inclusão informacional”, em 22 (52,38%). Em contrapartida, “divulgação científica” ocorreu em 19 (45,24%) e “popularização da ciência” em 18 (42,86%), indicando menor formalização de ações direcionadas à aproximação da produção científica com diferentes públicos.

A distribuição observada demonstra que a dimensão social da sustentabilidade informacional se expressa com maior ênfase nas condições de acesso e inclusão do que nas formas de circulação e apropriação social da informação científica, apontando uma lacuna normativa quanto à ampliação do alcance social dos repositórios.

No que se refere à categoria Direito à Informação, os resultados demonstraram forte presença normativa do reconhecimento da informação e do conhecimento como direitos. A identificação de “direito à informação” em todas as políticas, acompanhada de “direito à informação científica”, em 38 (90,48%), e “direito ao conhecimento”, em 36 (85,71%), demonstra elevada correspondência do corpus com os aspectos definidos para a categoria. “Governança da informação”, identificada em 34 (80,95%), apresentou menor expressão. Desse modo, a sustentabilidade informacional encontra maior sustentação normativa no reconhecimento e na garantia do direito à informação, enquanto sua associação à governança apresenta menor desenvolvimento nas políticas analisadas.

No que se refere à categoria Direito à Informação, as políticas analisadas prevêem o reconhecimento da informação e do conhecimento como direitos. A expressão “direito à informação” foi identificada em todas as políticas, enquanto “direito à informação científica”, em 38 (90,48%), e “direito ao conhecimento”, em 36 (85,71%), demonstram elevada correspondência com os aspectos definidos para a categoria. Já “governança da informação”, identificada em 34 (80,95%), apresenta menor expressão nesse conjunto. Deste modo, a sustentabilidade informacional encontra maior sustentação normativa no reconhecimento e na garantia do direito à informação, enquanto sua associação à governança apresenta menor desenvolvimento nas políticas analisadas.

A categoria Memória Institucional apresentou previsões relacionadas à permanência da produção científica e à preservação da memória das instituições. “Memória institucional” foi identificada em 32 políticas (76,19%) e “registro permanente da produção” em 30 (71,43%), enquanto “memória científica”, em 28 (66,67%), e “preservar”, em 27 (64,29%),

apresentaram menor recorrência. “Legado institucional” e “sustentabilidade” foram identificados, respectivamente, em 25 (59,52%) e 23 (54,76%).

Predomina, portanto, a vinculação da memória institucional ao registro da produção científica, com menor aderência dos aspectos relacionados à preservação, ao legado e à continuidade. A menor previsão de condições voltadas à permanência dessa memória evidencia uma lacuna na sustentabilidade informacional, uma vez que a preservação e a continuidade da informação científica recebem menor desenvolvimento normativo.

Observa-se que a recorrência de expressões relacionadas à preservação e ao registro permanente da produção acadêmica reforça a compreensão dos repositórios institucionais como mecanismos voltados à continuidade do acesso e à manutenção da memória científica institucional.

A frequência dos termos e expressões identificados nas seis categorias temáticas foi representada visualmente por meio de nuvem de palavras (Figura 1), permitindo observar a recorrência dos elementos associados à sustentabilidade informacional no conjunto das políticas analisadas.

Figura 1 - Nuvem de palavras com os termos mais recorrentes



Fonte: elaboração própria (2026).

Além disso, expressões vinculadas à democratização do conhecimento, governança da informação e dados abertos ampliam o campo interpretativo das políticas investigadas, indicando aproximações entre práticas institucionais, gestão da informação e sustentabilidade informacional. Observa-se que as normativas analisadas reúnem orientações de depósito e

acesso à informação e dimensões relacionadas à responsabilidade institucional e à circulação social do conhecimento científico.

No âmbito normativo, verificou-se recorrência de dispositivos legais como a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 9.610/1998 (Direitos Autorais) e a Lei nº 10.973/2004 (Inovação e Pesquisa Científica), frequentemente mencionados nas políticas analisadas. A incorporação desses marcos legais sugere alinhamento institucional com princípios relacionados ao acesso público à informação, à transparência e à disseminação da produção científica.

Em menor frequência, observou-se referência à Lei nº 9.279/1996 (Propriedade Industrial) e à Lei nº 9.609/1998 (Lei do Software), indicando ampliação gradual do escopo regulatório associado às políticas institucionais. Nesse contexto, a recorrência de vocabulários e dispositivos normativos vinculados ao direito à informação evidencia aproximações entre políticas de acesso aberto, responsabilidade institucional e diretrizes de sustentabilidade informacional alinhadas à Meta 16.10 da Agenda 2030.

Constata-se, assim, que a presença recorrente de termos associados ao acesso aberto, ao direito à informação, à ciência aberta e à memória científica, somada à incorporação de dispositivos legais nacionais, demonstra a ampla presença de elementos da sustentabilidade informacional nas políticas investigadas. Em sentido mais amplo, essas normativas aproximam-se de fundamentos relacionados à transparência, à responsabilidade institucional e ao acesso público à informação previstos na Meta 16.10 da Agenda 2030.

Apesar da Meta 16.10, da Agenda 2030, está voltada à garantia do acesso público à informação e à proteção das liberdades fundamentais, a disponibilização da informação em repositórios pode conter barreiras significativas de modo a afetar a recuperação (Costa; Leite, 2010). Essa limitação envolve barreiras de conectividade, idioma, acessibilidade e censura, que possuem a capacidade de restringir o acesso à informação e, por consequência, o impacto científico ao restringir o acesso (Suber, 2004).

Mesmo diante dos benefícios relacionados à representação, à disponibilização da informação e à autonomia do usuário, o acesso aberto não assegura, isoladamente, condições para o uso e a permanência da informação ao longo do tempo. Para que esse processo permaneça bem desse modo, precisa-se que ocorra o estabelecimento de políticas de acesso aberto, bem como um monitoramento contínuo e manutenção do repositório e da linguagem utilizada para a representação, sendo evidenciado por Pinfield; Wakeling; Bawden; Robinson

(2020), que ressalta que a coexistência dessas vias vai necessitar do desenvolvimento de políticas próprias de acesso, preservação e disseminação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas de acesso aberto investigadas evidenciou que os princípios da sustentabilidade informacional se encontram amplamente incorporados às normativas institucionais das universidades, muitas vezes sem mencionar explicitamente essa terminologia. Desse modo, a recorrência de termos como “acesso aberto”, “direito à informação”, “ciência aberta” e “memória científica” demonstra aproximações dessas políticas com compromissos relacionados à transparência, democratização do conhecimento e responsabilidade institucional.

Nesse sentido, a análise da Meta 16.10 da Agenda 2030 se mostrou verificável nos conjuntos de políticas analisadas, visto que na medida em que as categorias temáticas foram identificadas, em específico, “acesso aberto” e “direito à informação”, caracterizados por conterem a maior frequência relativa, eles convergem com os princípios de garantia do acesso público à informação preconizados por esse marco internacional. A incorporação de dispositivos legais, reforça essa aproximação, evidenciando a possibilidade de articulação entre o ordenamento jurídico brasileiro e as diretrizes da Agenda 2030.

Pode-se observar também que os repositórios institucionais são reconhecidos, nas normativas analisadas, como espaços privilegiados de preservação e disseminação da produção científica, contribuindo tanto para a memória institucional quanto para a circulação social do conhecimento. Sob essa perspectiva, os repositórios passam a ser compreendidos não apenas como infraestruturas técnicas, mas como mecanismos de efetivação do direito à informação em seus contextos.

Portanto, considerou-se que as políticas de acesso aberto das instituições investigadas apresentam potencial significativo para a consolidação da sustentabilidade informacional, se houver mecanismos contínuos de atualização normativa, monitoramento e engajamento institucional. Nesse contexto, sugere-se ainda que, para pesquisas futuras, ocorra a ampliação da análise e aprofundamento dos estudos, de modo a desenvolver cada vez mais a temática não só no aspecto teórico, mas também empírico.

REFERÊNCIAS

ALPERIN, Juan Pablo; FISCHMAN, Gustavo; WILLINSKY, John. Open access and scholarly publishing in Latin America: ten flavours and a few reflections. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 172-185, set. 2008. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3165. Acesso em: 28 maio 2025.

CHOWDHURY, Gobinda; KOYA, Kushwanth. Information practices for sustainability: role of iSchools in achieving the UN Sustainable Development Goals (SDGs). **Journal of the Association for Information Science and Technology**, Hoboken, v. 68, n. 9, p. 2128-2138, 2017. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.23825. Acesso em: 28 maio 2025.

COSTA, Sely Maria de Souza; LEITE, Fernando César Lima. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. *In*: SAYÃO, Luis Fernando *et al*. (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 163-202.

GAJBHIYE, Chandramani Kailash. Institutional repositories: catalysts for open access and knowledge preservation. **International Journal for Multidisciplinary Research**, [*s. l.*], v. 7, n. 3, p. 1-6, maio/jun. 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/392227372_Institutional_Repositories_Catalysts_for_Open_Access_and_Knowledge_Preservation. Acesso em: 9 nov. 2026.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza; DUARTE, Evandro Jair. A sustentabilidade informacional pode ser vista como um novo paradigma da Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 4, p. 229-253, 2023. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44389. Acesso em: 28 maio 2026.

HARNAD, Stevan. Maximizing university research impact through self-archiving. **JCOM**: Journal of Science Communication, Trieste, v. 2, n. 4, p. 1-3, 2003. Disponível em: https://jcom.sissa.it/article/pubid/A020401/. Acesso em: 28 maio 2025.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009. 120 p.

NOLIN, Jan. Sustainable information and information science. **Information Research**, [*s. l.*], v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: https://informationr.net/ir/15-2/paper431.html. Acesso em: 28 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. [*S. l.*]: ONU, 2015. Disponível em: https://sdgs.un.org/2030agenda. Acesso em: 28 maio 2025.

PINFIELD, Stephen; WAKELING, Simon; BAWDEN, David; ROBINSON, Lyn. **Open access in theory and practice**: the theory-practice relationship and openness. London: Routledge, 2020. 256 p. (Routledge Critical Studies on Open Access). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342669338_Open_Access_in_Theory_and_Practice_The_Theory-Practice_Relationship_and_Openness. Acesso em: 9 nov. 2026.

SUBER, Peter. **Open access overview**: focusing on open access to peer-reviewed research articles and their preprints. [*S. l.*: *s. n.*], 2004. Disponível em: http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/overview.htm. Acesso em: 28 maio 2025.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2007. p. 1-12. Disponível em: http://enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

WAKELING, Simon; CREASER, Claire; PINFIELD, Stephen; FRY, Jenny *et al.* Motivations, understanding, and participation in open-access publishing: a survey of academic authors. Learned Publishing, [*s. l.*], v. 35, n. 2, p. 151-164, 2022. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/leap.1436. Acesso em: 11 nov. 2026.

WILLINSKY, John. The nine flavours of open access scholarly publishing. **Journal of Postgraduate Medicine**, Mumbai, v. 49, n. 3, p. 263-267, jul./set. 2003. Disponível em: https://journals.lww.com. Acesso em: 27 maio 2026.

YEATES, Robin. Institutional repositories. **VINE**, Bingley, v. 33, n. 2, p. 96-101, 2003. Disponível em: https://www.emerald.com/vjikms/article-abstract/33/2/96/381531/Institutional-repositories?redirectedFrom=fulltext. Acesso em: 27 maio 2026.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).